

CORREIO DO POVO

Jornal diário fundado em Porto Alegre no dia 1º de outubro de 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior e ainda hoje em circulação. Destacou-se como órgão independente de vinculações partidárias, embora conservador, gozando de grande prestígio na imprensa do Sul do país.

NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O *Correio do Povo* surgiu dois meses após o término da Revolução Federalista, que durante três anos opôs republicanos e federalistas no Rio Grande do Sul. Procurando firmar uma posição de alheamento partidário, em seu primeiro número o jornal declarava-se “independente, nobre e forte”, e prometia não se deixar escravizar por “cogitações de ordem subalterna”.

Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, de origem sergipana, fundou o *Correio do Povo* com poucos recursos. De sua primeira redação participavam José Paulino Azureña, Mário Totta, Sebastião de Leão, José Pinto da Fonseca Guimarães e João Horácio da Silva Paranhos. A intenção de Caldas Júnior era criar um periódico moderno e informativo, preocupado entretanto em representar os interesses das chamadas classes conservadoras.

A articulação do *Correio do Povo* com as elites agrárias — era o jornal lido pelos estancieiros — seria interpretada posteriormente pelo jornalista João Antônio Mesplé como uma prova do interesse exclusivo do jornal pelas questões pertinentes às “classes produtoras”, o que muitas vezes o teria impedido de descer ao “debate político”. A política rio-grandense era dominada na época pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), fundado por Júlio de Castilhos, e tinha sua oposição no Partido Federalista. Em seus primeiros tempos, ainda que mostrasse ligeiras tendências oposicionistas, o *Correio do Povo* na maior parte das vezes manteve-se neutro em relação ao situacionismo gaúcho. Eventualmente teceu críticas ao governo estadual, todas, no entanto, de caráter moderado.

Em 1898, por exemplo, o jornal viu a saída de Júlio de Castilhos da presidência do estado como uma decorrência da “ação dos impulsos partidários”. O presidente estadual se teria deixado “arrastar pelas instigações do jacobinismo destruidor e anarquista”, mesmo sendo um homem “conservador por excelência, e um espírito eminentemente organizador”.

Caldas Júnior conseguiu manter o *Correio do Povo* dentro da linha de neutralidade que

considerava fundamental para a atuação de um bom periódico. Contudo, há referências a dificuldades de ordem material, que teriam afligido o jornal nos últimos anos de vida de seu fundador, morto em 1913. Nesse momento, a propriedade do jornal passou à viúva Dolores Alcaraz Caldas, que, valendo-se do auxílio de Joaquim Alcaraz, seu irmão, a partir de então diretor da empresa, conseguiu superar a crise financeira. Alcaraz e sua irmã mantiveram-se acima das lutas partidárias, conservando a linha política anterior. Segundo João Antônio Mesplé, Alcaraz e Dolores Caldas “nunca eram governistas; às vezes eram oposicionistas”. De 1924 a 1927 o jornal foi dirigido por José Alexandre Alcaraz, irmão mais moço de Dolores, passando a seguir a Fernando Caldas, filho do primeiro casamento de Caldas Júnior, que assumiu a direção do jornal a convite de Dolores. Ligado formalmente à Aliança Libertadora — frente de oposição ao PRR formada em 1924 pelos federalistas e republicanos dissidentes —, Fernando Caldas desviou o *Correio do Povo* para a oposição sistemática à presidência estadual de Antônio Augusto Borges de Medeiros, então chefe do PRR.

Entretanto, ao se aproximar o final de seu mandato, Borges de Medeiros, impedido de se recandidatar pelo Pacto de Pedras Altas (1923), lançou pelo PRR a candidatura de Getúlio Vargas. A subida de Vargas à presidência do estado em janeiro de 1928 iniciou um processo de aproximação entre o PRR e a oposição, reunida a partir de março no Partido Libertador (PL), sucessor da Aliança Libertadora. O *Correio do Povo* considerou a posse de Vargas “uma radiante ascensão. Os do partido que elegeram o novo presidente se regozijam ao ver subir na escada do palácio um representante da nova geração, como símbolo de um estado renovado e não arcaico. E os do partido contrário, os que contribuíram para o golpe nos velhos costumes da continuidade administrativa, também se sentiram satisfeitos”. O apoio unânime à posse de Vargas acabou por aglutinar as oposições gaúchas em torno de seu nome para a presidência da República nas eleições de 1930, como candidato da Aliança Liberal. O *Correio do Povo* encampou as teses aliancistas e tornou-se a ponta de lança do movimento na imprensa do Sul do país.

Por essa época, iniciou-se uma contenda entre Dolores e Fernando Caldas. Este último viria a público através do *Jornal do Brasil* para explicar os motivos pelos quais se desligara do *Correio do Povo*, e também para contestar a matéria publicada nessa folha em 24 de agosto de 1929, na qual era acusado de ter “leviana, precipitada e intempestivamente abandonado

a direção do jornal”.

Segundo suas declarações, Fernando Caldas fora procurado pelo general Firmino Paim Filho, que lhe teria participado haver sido visitado por Joaquim Alcaraz, irmão e procurador de Dolores Caldas. Este último teria proposto ao general a compra do *Correio*, advertindo-o de que um grupo político paulista estava interessado em adquirir o jornal para defender a candidatura de Júlio Prestes à presidência. Segundo Fernando Caldas, isto resultaria na mudança da linha política do *Correio*, “francamente e desinteressadamente” favorável à candidatura de Getúlio Vargas. Para evitar a venda, o general Paim Filho teria procurado alguns amigos e correligionários com objetivo de assumir o jornal. A nova sociedade, da qual fariam parte Maurício Cardoso, José Rizaldone, Odon Cavalcanti e Elisário Paim Neto, seria também integrada por Fernando Caldas, a quem caberia a direção do jornal, “para conservá-lo dentro da mesma orientação”. Paim Filho teria igualmente prometido a Caldas, como diretor, plenos poderes tanto na orientação do jornal quanto nos aspectos administrativos.

Fernando Caldas, entretanto, recusara a proposta, argumentando não concordar com a natureza da transação, que classificou de “chantagem”. A seu ver, o general Paim estaria sendo praticamente obrigado a comprar o jornal para que este mantivesse seu apoio à candidatura Vargas. Fernando Caldas achava que não poderia contribuir para desviar o jornal da orientação que lhe imprimira seu pai, uma linha independente sem ligações ou compromissos de qualquer natureza. Além disso, Fernando Caldas considerava ilusória a autonomia que lhe era oferecida como diretor, pois, se naquele momento concordava com a candidatura Vargas, não poderia garantir seu apoio no futuro. Caldas concluía afirmando que “só uma relativa prosperidade econômica poderia assegurar essa independência absoluta, e os jornais políticos não desfrutam essa situação”. A partir daí, Caldas formalizara seu pedido de demissão.

O *Correio do Povo* acabou não sendo vendido e continuou encampando os princípios aliancistas, apoiando por fim a revolução de outubro de 1930. Nesse sentido, o jornal publicou uma matéria comparando o governo de Washington Luís ao “enxovalho de quatro anos de inépcia, de mentira e de maldade”. Declarou a seguir que, “pela sua posição de estado diretamente interessado na campanha presidencial, o Rio Grande tomara sobre si o ônus da luta, as responsabilidades maiores. Comprometido perante a opinião nacional,

engajara-se ao lado dos irmãos do Centro e do Norte, de todo o Brasil, que lhe trouxeram as energias de seu devotamento e a confiança de sua solidariedade. Se recuasse, o Rio Grande do Sul tornar-se-ia indigno da esperança de milhares, de milhões de brasileiros. Retrocedendo depois de avançar e após tantos sacrifícios, equivaleria a um desnobre e triste *insulamento*, incompatível com a tradição de uma estirpe cujo condotierismo era a melhor reserva de fé para quantos nos seguiram no encontro das urnas e nos seguiram nos acampamentos reivindicadores”. Acrescentou por fim o jornal que, “entretanto, menos por isso que pela mais glorificadora forma de egoísmo, através do desejo de emancipar o Brasil desta inglória era de escravidão cívica, para repô-lo no luminoso plano dos seus destinos, o Rio Grande do Sul empreende agora a grande marcha: Rio Grande, de pé pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heróico”.

DE 1930 A 1964

O *Correio do Povo*, através de seu jornalista André Carrazoni, apoiou os primeiros passos do governo provisório de Vargas. Pouco a pouco, porém, o jornal passou para a oposição, encampando as teses de reconstitucionalização do país e mostrando-se hostil ao interventor José Antônio Flores da Cunha, devido à sua atitude dúbia em relação aos compromissos assumidos com os constitucionalistas de São Paulo.

A partir de 1932, o *Correio do Povo* passou a sofrer violento boicote publicitário por ordem do interventor, tendo tido igualmente sua venda proibida nos trens e nas estações das estradas de ferro. Entretanto, as relações entre o jornal e a situação federal começaram a se atenuar. O próprio Vargas havia sido leitor do *Correio do Povo* no Rio Grande do Sul e era amigo de Francisco de Paula Jó, diretor da sucursal carioca, que obtinha do presidente reportagens inéditas. O jornal mostrou-se contrário à Aliança Nacional Libertadora, realizando, entretanto, ampla cobertura de sua atuação. O *Correio do Povo* foi igualmente avesso à Revolta Comunista de 1935.

Em 18 de dezembro de 1935, a direção do jornal passou a Breno Caldas, filho de Caldas Júnior e de Dolores Alcaraz Caldas. Breno Caldas manteve o *Correio do Povo* na linha iniciada por seu pai, conservando uma posição de neutralidade em relação à situação mesmo após o golpe de 10 de novembro de 1937, que implantou o Estado Novo (1937-1945). Entretanto, em 1943, Breno Caldas entrevistou o general Eurico Gaspar Dutra,

encampando sua tese da necessidade de liberalização do regime.

Nas eleições presidenciais de 1945, que inauguraram a reconstitucionalização do regime, embora se tivesse mantido equidistante da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD), o *Correio do Povo* pendeu mais para o lado do general Dutra, candidato pessedista. Durante o governo Dutra, o jornal manteve-se favorável à situação e apoiou a cassação do Partido Comunista Brasileiro em 1947.

Por ocasião da articulação da candidatura Vargas à presidência da República nas eleições de 1950, o *Correio do Povo* deu seu apoio a Getúlio, embora olhasse com desconfiança algumas das teses de seu programa, caracterizado por um “extremado nacionalismo” e por restrições à entrada do capital estrangeiro no Brasil. O jornal não tomou contudo nenhuma atitude contrária ao monopólio estatal do petróleo e à criação da Petrobras, que foi, aliás, amplamente noticiada.

Em novembro de 1955, o *Correio do Povo* apoiou o movimento liderado pelo general Henrique Lott com o objetivo de assegurar a posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República. A posse do presidente eleito foi vista pelo jornal como um “retorno aos quadros institucionais vigentes”. Embora considerasse Juscelino “um pouco trêfego”, o *Correio do Povo* não fez oposição a seu governo.

No momento em que se desencadearam os debates em torno da sucessão presidencial, o *Correio do Povo* omitiu-se, não se manifestando favorável a nenhuma das candidaturas apresentadas em 1960. Contudo, após a renúncia, em 1961, do presidente Jânio Quadros, o jornal não aprovou a posse do vice-presidente João Goulart. A tomada da Rádio Guaíba — de propriedade de Breno Caldas — pelo governador do estado Leonel Brizola, nessa ocasião, aumentou a indisposição do jornal contra Brizola e Goulart. Combatendo sistematicamente a política de Goulart, o *Correio do Povo* contribuiu para a eclosão do movimento militar de 1964. Segundo Breno Caldas, “a Revolução de 64 foi para nós bem-vinda, desejada e saudada como um acontecimento que merecia o nosso aplauso”. Leonel Brizola declarou por sua vez estar o jornal “atrelado aos interesses do capital monopolista”. Embora favorável ao movimento de 1964 e conformado com o regime de censura imposto a partir de então, o *Correio do Povo*, no dia 20 de setembro de 1972, durante o governo Emílio Médici, teve uma edição proibida por conter matéria relativa à liberdade de imprensa. Breno Caldas concordou em suspender a impressão do jornal desde que o censor

apresentasse uma ordem escrita, o que não ocorreu. Assim, a edição foi rodada e, no momento de sua saída, totalmente apreendida. Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo* em 13 de janeiro de 1979, Breno Caldas declararia que movimentos como o de 1964, “depois de um certo tempo, se esgotam... Talvez o de 64 tenha se prolongado demais e está aí o esgotamento que ele já manifestou de um tempo para cá”.

DA DÉCADA DE 1970 À DE

Em outubro de 1978 Breno Caldas resolveu, ainda que a contragosto, dotar a empresa de um canal de televisão como suporte aos demais veículos, representados pelo *Correio do Povo*, *Folha da Tarde*, *Folha da Manhã* e Rádio Guaíba AM/FM. O lançamento da TV Guaíba, canal 2, exigiu investimento de oito milhões de dólares, logo triplicado devido à maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro de 1979. Não tardou que a empresa acumulasse um prejuízo de quatro milhões de cruzeiros, soma considerável para a época, mas ainda controlável, segundo revelou o próprio Breno Caldas.

Com o atraso dos salários e a cobrança dos credores, os funcionários entraram numa longa greve, mesmo com o jornal fora de circulação desde o dia 16 de junho de 1984 por falta de papel. Breno Caldas chegou a falar com o governador Jair Soares, no palácio Piratini, visando ao empréstimo de algumas bobinas do *Diário Oficial*. Com a recusa do governador, passou a queixar-se de que funcionários e empresários tentavam tirar-lhe a direção do jornal, mas não conseguiriam fazê-lo. Acusaria ainda o governador de ter negado empréstimo do papel da imprensa oficial deliberadamente, para favorecer seu concorrente *Zero Hora*.

Em meados dos anos 1980, portanto, o *Correio do Povo*, que fora a sexta empresa em lucro líquido no Brasil em 1972, segundo a revista *Exame* — e tendo Breno Caldas reunido a sexta maior fortuna pessoal do Brasil em 1969, de acordo com a revista *Visão* —, estava insolvente. O maior credor era o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a quem Breno Caldas acusava de recusar-se a prorrogar a dívida. Embora os jornais *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã* também houvessem fechado, a Rádio Guaíba manteve-se precariamente em funcionamento. Um grupo de empresários liderado por Jorge Gerdau Johanpeter propôs-se cobrir os salários atrasados e comprar o papel para a volta do jornal. Enquanto isso, as ações da dívida do Banrisul seriam lançados no mercado, a fim de captar mais

dinheiro. Como a dívida aumentasse significativamente, o Banrisul acabou não mais concordando com a transação. Breno Caldas resolveu então negociar sozinho a crise, desfazendo-se da maior parte de seus bens e saldando a dívida com o Banrisul. O patrimônio do proprietário do jornal reduziu-se a 10% do original.

O *Correio do Povo* ressurgiria somente dois anos depois, no dia 1º de junho de 1986, com novo diretor, nova linha editorial e novo formato. A propriedade da Cia. Jornalística Caldas Júnior passara ao plantador de soja Renato Bastos Ribeiro, um dos homens mais ricos do Brasil. A aquisição do *Correio do Povo*, segundo Carlos Bastos Ribeiro, diretor administrativo e irmão de Renato Bastos Ribeiro, deveu-se a um projeto de diversificação **dos negócios da família.** A nova direção prometia, contudo, continuar com a mesma ética “e a prestação de um serviço jornalístico que estaria acima dos interesses pessoais ou partidários”. O jornal foi totalmente informatizado, passou a funcionar com um pequeno grupo de funcionários e voltou a circular em todo o estado, com grande tiragem, sendo impresso simultaneamente em Porto Alegre, Carazinho e Caçapava do Sul. A TV Guaíba também voltou a funcionar, mas o mesmo não aconteceu nem com a *Folha da Tarde* nem com a *Folha da Manhã*.

Em março de 2007, o *Correio do Povo* e o Edifício Hudson, onde funcionava a redação do jornal, no centro de Porto Alegre, passaram a fazer parte do conglomerado controlado pelo bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, e dono da Rede Record.

Em seus mais de cem anos de existência, passaram pela redação do *Correio do Povo* nomes como Nestor Ericksen, Otelo Rosa, Luís Vergara, Manuelito de Ornelas, Carlos Rizini, Mem de Sá, Rafael Callage, Gaston Hasslocher Mazon, Francisco de Paula Job, João Bergmann, Sadi Rafael Saadi, na crônica policial, e Daniel Job, o grande incentivador da reportagem geral. E ainda Arquimedes Fortini, Alcides Maia, Edgar Luís Schneider, Roque Callage, Francisco de Leonardo Truda, Luís Cândido de Lacerda, Renato Costa, Dario Brossard, Miranda Neto, Heitor Pires e Aldo Obino. Entre os diretores destacam-se Emílio Kaemp, Dionélio Machado, Arlindo Pasqualini, Alcides Gonzaga, Paulo de Gouveia, Rivadávia de Sousa e, na última fase, Antônio Carlos Ribeiro e Adall Borges Fortes da Silva, entre outros.

Sérgio Roberto Dillenburg

FONTES: CALDAS, B. *Meio século*; DILLENBURG, S. *Correio do Povo*; ENTREV.
MESPLÉ, J.; *Folha de S. Paulo* (13/1/1979); FORTINI, A. *Revivendo*; *Globo* (1/10/1975);
GONZAGA, A. *Homens*; *Imprensa* (2, 16, 21); *Jornal do Brasil* (3/8/1929)..